

## Entre a cruz e o parlamento: relações e tensões entre pessoas LGBTQIA+, cristianismo e parlamentares

Marcos Oliveira de Novaes<sup>1</sup>  
Ana Claudia Lemos Pacheco<sup>2</sup>

**Resumo:** Atualmente temos presenciado uma crescente de governos de extrema direita, ultraconservadores e de aspectos fascistas em todo o mundo, assim como no Brasil. Ataques às pessoas de gênero e sexualidade dissidentes aumentaram consideravelmente e este é um problema que perpassa pelo cristianismo e política. Sendo assim, este estudo tem por objetivo analisar as relações e tensões entre pessoas LGBTQIA+, cristianismo e parlamentares a partir da literatura científica. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, constituindo-se como parte da dissertação de mestrado, que abrange estudos sobre as relações e tensões entre população LGBTQIA+, cristianismo e parlamentares. Para tanto, foram realizadas buscas *online* em três bases de dados, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando duas combinações de palavras-chave, a saber: “LGBT e Religião” e “LGBT e Parlamentares”. Empregamos como critério de inclusão: artigos completos e disponíveis para *download*, publicados em língua portuguesa entre os anos de 2015 a 2020, tendo como tema principal o estudo das relações e/ou tensões entre LGBTQIA+, cristianismo e parlamentares. Foram excluídos os trabalhos que se repetiram e os que não correspondiam aos objetivos desta pesquisa. O presente estudo abrange tanto o caráter quantitativo quanto qualitativo, ou seja, envolve a análise numérica dos dados coletados e a descrição e pertinência dos textos. Após o processo de filtragem das produções científicas, foram selecionados 12 artigos para compor esta revisão. Os resultados demonstraram que a LGBTQIA+fobia é propagada por meio de discursos político-religiosos que rebaixam as identidades de gênero e sexualidades dissidentes, estimulando a desvalorização, demonização e patologização desses sujeitos.

**Palavras-chave:** Gênero; Sexualidade; Religião; Política.

<sup>1</sup> Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC-UESB). Doutorando em Ciências da Saúde (PPGES-UESB). Professor adjunto do Centro Universitário de Excelência (UNEX). E-mail: marcospsi03@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais (UNICAMP). Professora Titular de Sociologia da Universidade do Estado da Bahia (UNEBA). E-mail: [ana\\_pachecau@hotmail.com](mailto:ana_pachecau@hotmail.com).

## **Uma história de preconceito e discriminação**

No Brasil, o vínculo entre religião e Estado se estabeleceu a partir da invasão<sup>3</sup>. A Igreja Católica era a bússola moral que guiava os invasores. Hoje, não só o catolicismo, mas principalmente o neopentecostalismo<sup>4</sup> têm sido frequentemente usados para “justificar” decisões de parlamentares cristãos, fundamento excludente, autoritário e inconstitucional, uma vez que a Constituinte de 1988 prevê um Estado laico (Cassotta, 2016; Novaes, 2021).

Ora, desde os seus primórdios, o cristianismo esteve relacionado com as questões referentes às sexualidades dissidentes, com sua origem e expansão do século I ao IV, houve mudanças significativas no que se refere às normas e condutas sexuais impostas pela doutrina em questão. Ela se torna a religião oficial do império romano e, desta forma, com ajuda do poder militar, impõe suas normas e padrões morais. Segundo Flandrin (1985), a concepção do cristianismo acerca da prática sexual se restringe ao casamento monogâmico e heterossexual, tendo como finalidade principal a procriação. Desta forma, qualquer sujeito que rasurasse esse padrão era tido como desviante, pecador, podendo até ser queimado na fogueira pelo tribunal do Santo Ofício.

Bomfim (2011) ressalta o papel da Igreja junto ao Estado na perseguição e punição aos sujeitos de sexualidades dissidentes por meio das leis antissodomia no Brasil durante a invasão, leis que previam punições aos sodomitas, pessoas que se relacionavam sexualmente com outras do mesmo sexo, o que hoje entendemos por

---

<sup>3</sup>Optamos por utilizar o termo invasão em vez de “descobrimento” para descrever a “chegada” dos europeus às Américas, uma vez que as terras já eram habitadas pelos povos indígenas. Invasão essa que resultou no genocídio de diversos povos originários.

<sup>4</sup> O pentecostalismo brasileiro pode ser visto como a trajetória de três grandes ondas. A primeira ocorreu na década de 1910, com a fundação da Congregação Cristã em 1910 e da Assembleia de Deus em 1911. A segunda aconteceu nos anos 50 e início dos anos 60, caracterizada pela fragmentação do campo pentecostal, um maior dinamismo na relação com a sociedade e o surgimento de três grandes grupos, além de vários menores: a Igreja do Evangelho Quadrangular (1951), o movimento Brasil para Cristo (1955) e a Deus é Amor (1962). A terceira teve início no final dos anos 70 e se consolidou nos anos 80, com a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980) como seus principais expoentes (Mariano, 2005).

homossexualidade. O autor elenca as ordenações (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas) do reino de Portugal que condenava os sodomitas – homossexuais – a serem queimados vivos.

Na Grécia Antiga, era comum que homens adultos mantivessem relações sexuais com jovens. Dentro dessa perspectiva, Dover (2007) apresenta Sócrates como um defensor do amor homossexual, o qual categorizava o sexo anal como a melhor forma de inspiração. Na educação dos jovens atenienses, o relacionamento homoerótico entre um homem mais velho e um jovem era considerado uma prática pedagógica.

Foucault (1988) afirma que a origem da homossexualidade moderna é recente, ressaltando que a categoria homossexual surgiu nos anos 1870. Ele aponta que a diferença primordial entre sodomia e homossexualidade é que a primeira é entendida como uma prática contrária às leis de Deus e dos homens, que se torna no final do século XIX uma “espécie” (homossexual), tema de interesse e preocupação para as ciências médicas. Nas palavras de Foucault, “a homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida da prática da sodomia para uma espécie de androgenia interior, um hemafrditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (Foucault, 1988, p. 43).

A norma estabelecida historicamente por meio da Igreja e incorporada pelo Estado “remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristã, e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada” (Louro, 2000, p. 6). Assim, um padrão é estabelecido, baseado em critérios religiosos, determinado por uma classe dominante e favorecida, colocando todos os “outros” à margem, ou seja, os que antes eram chamados de “sodomitas” e que hoje apresentam-se em novas categorias, como: lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, intersexuais, pansexuais, assexuados, não binários, dentre outros(as), que são tidos(as) como desviantes, anormais e pecadores(as), segundo a cisheteronormatividade estabelecida pelos pressupostos tradicionais do cristianismo e, consequentemente, por boa parte da sociedade brasileira.

Foucault (1988) utiliza o termo “dispositivo da sexualidade” para exemplificar como a sexualidade humana é controlada, naturalizada e disciplinada, classificando todas as pessoas que não se enquadram nessas normas como loucas, desviantes, pecadoras ou até mesmo doentes que necessitam de cura. Tomando a sexualidade enquanto um dispositivo, o autor sugere que ela está inserida em uma dinâmica de poder, ou seja, ela é regulada por uma série de saberes que se articulam e essa articulação que pretendemos debater neste estudo.

Ora, temos presenciado a crescente do conservadorismo no país e, consequentemente, ataques aos direitos da população LGBTQIA+ vêm se tornando cada vez mais frequentes. Mesquita e Perucchi (2016) analisam os discursos de indivíduos que ocupam posições de porta-vozes das religiões católica e evangélica pentecostal e neopentecostal por meio de vídeos publicados no *YouTube*. As narrativas apresentaram uma visão negativa em relação à homossexualidade, considerando-a uma prática antinatural e divergente da criação divina.

O estudo de Antunes (2016) examinou os discursos da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados em relação à aprovação do PDL 234/11 que tinha como objetivo legalizar as terapias de “reversão sexual”, suspendendo os artigos 3º e 4º da resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1999), que proíbem a realização dessas “terapias”. O artigo revelou que os deputados que apoiavam o PDL defendiam uma ideologia conservadora, fundamentada em uma pseudociência que promove a reversão da orientação homossexual. Esses discursos também estavam repletos de justificativas religiosas contrárias a qualquer orientação sexual diferente da heterossexualidade.

Hoje é possível notar nos discursos de muitos religiosos e, principalmente, de parlamentares protestantes, afirmações equivocadas e preocupantes, como as ideias de demonização e patologização das pessoas LGBTQIA+ (NATIVIDADE, 2005). Entretanto, é importante ressaltar que o cristianismo, assim como toda a sociedade, se transformou com o passar dos séculos. Desta forma, para além do cristianismo punitivo,

existem outras perspectivas cristãs, como as igrejas inclusivas que veremos mais à frente.

Diante disso, a questão norteadora deste estudo se concentra em responder como se dão as relações e/ou tensões entre pessoas LGBTQIA+, cristianismo e parlamentares? Tendo por objetivo analisar essas dinâmicas a partir das produções científicas publicadas entre 2015 e 2020. Essa pesquisa busca entender os complexos diálogos e conflitos que surgem na interseção entre identidade de gênero, orientação sexual, cristianismo e política, oferecendo um panorama das aproximações e distanciamentos desses segmentos sociais na contemporaneidade.

### Percorso metodológico

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura<sup>5</sup> que abrange estudos publicados entre 2015 e 2020 sobre a população LGBTQIA+ e a relação entre cristianismo e parlamentares. Dessa forma, foram realizadas buscas *online* em três bases de dados, a saber: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e no Portal de Periódicos da CAPES. Utilizamos duas combinações de palavras-chave por cada base de dados, foram elas: “LGBT e Religião” e “LGBT e Parlamentares”<sup>6</sup>.

Utilizamos como critérios de inclusão: ser artigo indexado; estar completo na *internet*, em acesso aberto e disponível para *download*; publicados em língua portuguesa entre os anos de 2015 a 2020; ter como tema principal o estudo das relações e/ou tensões entre LGBTQIA+, cristianismo e parlamentares. Em seguida foram

<sup>5</sup> É um tipo de pesquisa que visa agrupar, sintetizar e analisar de modo amplo o conhecimento existente acerca de um tema específico, através de múltiplos estudos científicos. É uma abordagem sistemática que procura identificar e interpretar as evidências disponíveis de forma integrada, oferecendo uma visão ampla e atualizada do conhecimento em uma área de estudo (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

<sup>6</sup> Utilizamos o termo religião e a sigla LGBT para ampliar os resultados e aprofundar a discussão, tendo em vista abranger os estudos que não citam precisamente o termo cristianismo e pelo motivo da sigla LGBTQIA+ ser mais recente.

identificados os trabalhos que se repetiram entre as bases de dados. Depois, todos os artigos restantes foram lidos na íntegra, a fim de identificarmos quais estudos correspondiam ao objetivo desta pesquisa.

Inicialmente, aplicamos as duas combinações de palavras-chave (LGBT e Religião e LGBT e Parlamentares) sem nenhum filtro, nas três bases de dados, resultando em 127 trabalhos (LILACS: 14, SCIELO: 17, Portal de periódicos da CAPES: 96), descrito na Tabela 1.

**Tabela 1:** Base de dados e número de trabalhos encontrados por combinação sem aplicação de filtros.

<b>Base de dados</b>	<b>LGBT e Religião</b>	<b>LGBT e Parlamentares</b>	<b>Total</b>
LILACS	13	1	14
SciELO	13	4	17
Portal de periódicos da CAPES	70	26	96
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>31</b>	<b>127</b>

Fonte: Elaboração própria (2021).

Posteriormente aplicamos os filtros: artigos indexados e completos, publicados em língua portuguesa, entre os anos de 2015 a 2020, resultando assim em 64 artigos. Os resultados foram: LILACS: 10, SCIELO: 12 e Portal de Periódicos da CAPES: 42 (Tabela 2).

**Tabela 2:** Base de dados e número de artigos encontrados por combinação com a aplicação dos filtros.

<b>Base de dados</b>	<b>LGBT e Religião</b>	<b>LGBT e Parlamentares</b>	<b>Total</b>
LILACS	9	1	10
SciELO	8	4	12
Portal de periódicos da CAPES	32	10	42
Total	49	15	64

Fonte: Elaboração própria (2021).

A terceira etapa da revisão se deu por meio da leitura dos artigos encontrados após a aplicação dos filtros, no intuito de selecionar aqueles que se enquadram no objetivo do estudo. Assim, os artigos foram lidos e analisados, buscando encontrar aqueles que tivessem como tema principal o estudo das relações e/ou tensões entre LGBT, cristianismo e parlamentares. Desta forma, 16 artigos foram selecionados, sendo: LILACS: cinco (5), SCIELO: seis (6) e Portal de Periódicos da CAPES: cinco (5) (Tabela 3).

**Tabela 3:** Base de dados e número de artigos selecionados por combinação após a aplicação dos filtros, leitura e análise.

<b>Base de dados</b>	<b>LGBT e Religião</b>	<b>LGBT e Parlamentares</b>	<b>Total</b>
LILACS	4	1	5
SciELO	3	3	6
Portal de periódicos da CAPES	4	1	5
Total	11	5	16

Fonte: Elaboração própria (2021).

A quarta etapa desta revisão foi destinada a identificar quais dos artigos selecionados encontravam-se repetidos entre as bases de dados, a fim de serem

excluídos. Desta forma, constatamos quatro (4) artigos duplicados, a saber: LILACS: dois (2), SCIELO: dois (2) e Portal de Periódicos da CAPES: zero (0) (Tabela 4).

**Tabela 4:** Artigos duplicados, identificados e excluídos entre as bases de dados.

<b>Base de dados</b>	<b>LGBT e Religião</b>	<b>LGBT e Parlamentares</b>	<b>Total</b>
LILACS	2	0	2
SciELO	1	1	2
Portal de periódicos da CAPES	0	0	0
Total	3	1	4

Fonte: Elaboração própria (2021).

A quinta e última etapa do levantamento desta revisão, foi o de compilar os artigos selecionados para a composição do estudo após o cumprimento de todas as etapas anteriores, elencando o total de artigos selecionados em cada base de dados e por combinações. Assim sendo, 12 artigos foram selecionados para integrar este estudo (Tabela 5).

**Tabela 5:** Artigos selecionados.

<b>Base de dados</b>	<b>LGBT E Religião</b>	<b>LGBT e Parlamentares</b>	<b>Total</b>
LILACS	2	1	3
SciELO	2	2	4
Portal de periódicos da CAPES	4	1	5
Total	8	4	12

Fonte: Elaboração própria (2021).

Dos 12 artigos selecionados, um (1) foi publicado no ano de 2020, sete (7) em 2019, um (1) em 2017 e três (3) em 2016. Não houve artigos selecionados nos anos de 2015 e 2018 (Tabela 6).

**Tabela 6:** Título, autores(as) e ano de publicação e revista.

Título	Autores(as)/ ano de publicação	Revista
A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015	Luna (2017)	Cadernos Pagu
A Experiencia Religiosa/Espiritual de Lésbicas, Gays e Bissexuais: Uma Revisão Integrativa de Literatura	Estrázulas; Morais (2019)	Psicologia: Teoria e pesquisa
Ativismo Institucional no Poder Legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares	Pereira (2020)	Revista Brasileira de Ciência Política
Cura Gay? Debates parlamentares sobre a (des)patologização da homossexualidade	Gama (2019)	Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)
Direitos LGBT como direitos humanos: A luta da igreja da comunidade metropolitana	Soares (2019)	Agenda política
Fósseis do campo psi: sobre conversão de orientação sexual e gênero	Binkowski (2019)	Psicologia, ciência e profissão
Nós versus eles: ódio biopolítico contra a população LGBT no Twitter de Marco Feliciano	Dalmolin; Castilho; Feliciano (2019)	RECIIS
O canto da laicidade: Daniela Mercury e o debate sobre casamento civil igualitário no Brasil	Noleto (2016)	Religião & Sociedade
Pastores, ovelhas desgarradas e as disputas pelo rebanho: Sobre a transcrucificação na Parada do orgulho LGBT de São Paulo em 2015	Moretti-Pires et al. (2016)	Revista Crítica de Ciências Sociais
Tensões e contradições nos discursos políticos sobre ou no combate à homofobia no contexto da escola brasileira	Oliveira, Alberto; Bittencourt (2016)	Revista Latino-Americana de Ciências Sociais, Infância e Juventude
“Terapias de Conversão”: Histórico da (Des)Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos	Garcia; Mattos (2019)	Psicologia, ciência e profissão
Uma família como outra qualquer: Casamento igualitário e novas famílias em igrejas evangélicas LGBT	Natividade (2019)	Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)

Fonte: Elaboração própria (2021).

Em relação à classificação das revistas segundo o Qualis Periódicos<sup>7</sup> da última avaliação quadrienal (2017-2020) da CAPES, três (3) artigos estão indexados em periódicos classificados em A1, cinco (5) em A2, dois (2) em A3 e dois (2) em B2. (Tabela 7).

**Tabela 7:** Número de artigos selecionados em cada revista e avaliação quadrienal (2017-2020) dos periódicos da CAPES.

Nº	Revista	Avaliação Qualis CAPES
1	Agenda política	A3
1	Cadernos Pagu	A1
2	Psicologia, ciência e profissão	A2
1	Psicologia: Teoria e pesquisa	A1
1	RECIIS	A3
1	Religião & Sociedade	A2
1	Revista Brasileira de Ciência Política	A1
1	Revista Crítica de Ciências Sociais	A2
1	Revista Latino-Americana de Ciências Sociais, Infância e Juventude	A2
2	Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	B2

Fonte: Elaboração própria (2021).

Desta forma, esta revisão conta com artigos indexados em periódicos de alto nível de qualidade, demonstrando a sua potencialidade e relevância para o campo científico. A análise qualitativa dos achados será apresentada a seguir.

<sup>7</sup> O Qualis Periódicos é um sistema desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para avaliar e classificar periódicos acadêmicos, classificando-os segundo sua relevância, respectivamente A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4 e C.

## Resultados e discussão

Os artigos selecionados demonstraram que os discursos de ódio parlamentares contra pessoas LGBTQIA+ têm ganhado força. No subitem “Parlamentarismo LGBTQIA+fóbico”, são apresentadas e problematizadas as propostas de “cura” da homossexualidade, defendidas pelos parlamentares que sustentam a hipotética reversão sexual. Já no tópico intitulado “Entre a cruz e o arco-íris”, são discutidas as possíveis relações entre LGBTQIA+ e Cristianismo por meio das igrejas inclusivas.

### Parlamentarismo LGBTQIA+fóbico

Atualmente temos presenciado diversos ataques contra a população LGBTQIA+ vindos de políticos evangélicos que condenam as sexualidades e identidades de gênero dissidentes como veremos a seguir. Uma combinação perigosa entre política e cristianismo gera ódio, o resultado é visto em ataques diários às pessoas LGBTQIA+ que ganham as manchetes dos jornais. Além das violências verbais e físicas, há uma tentativa de (re)patologizar a homossexualidade e de aniquilar as subjetividades que borram e rasuram a cis-heteronormatividade.

Em seu estudo, Gama (2019) discute criticamente os discursos dos parlamentares em torno do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 1640/2009 e PDL 234/2011, que pretendiam suspender os artigos 3º e 4º da resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia, que desautorizam qualquer tipo de terapia que vise a hipotética “cura” da homossexualidade, além de repreender qualquer manifestação pública que reforce o preconceito contra homossexuais e/ou associe-os a uma patologia de ordem psíquica.

Os discursos descritos no trabalho estavam permeados de argumentos morais/religiosos que associam a homossexualidade à uma patologia, imoralidade, pedofilia e práticas criminosas, além de representar uma ameaça à família tradicional (Gama, 2019). As representações negativas acerca da homossexualidade extrapolam os púlpitos de muitas igrejas conservadoras e adentram o parlamento brasileiro, o qual deveria defender e zelar pelos direitos de todos os cidadãos e, ainda, prezar pela laicidade das casas (Câmara e Senado).

Nos artigos de Garcia e Mattos (2019) e Binkowsk (2019), são discutidas as “terapias de reversão sexual” demonstrando que, no passado, o saber médico-psiquiátrico e psicológico foram usados para validar a ideia de patologização da homossexualidade. Os autores também citam os campos religioso e jurídico como fomentadores do preconceito, uma vez que já foram usados – e ainda hoje são – para legalizar tais práticas. Portanto, a análise fornecida pelos autores é fundamental para entender como diferentes campos de conhecimento contribuíram – contribuem – para a marginalização de pessoas LGBTQIA+.

O artigo de Luna (2017) e o de Moretti-Pires *et al.* (2016), apresentam os debates sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. Dentre os discursos apresentados nos trabalhos, as narrativas de denúncia contra a 19ª Parada LGBT que ocorreu em São Paulo, no dia 7 de junho de 2015, ganharam destaque. Dos 56 discursos identificados, 26 versavam sobre a temática da 19ª parada gay, 23 narrativas que questionavam o evento e apenas três (3) que defendiam. “Os questionamentos se voltaram para uma manifestação específica na parada: a performance de uma mulher transexual crucificada. No topo da cruz, havia uma placa com os dizeres: “basta”, “homofobia” e “LGBT” (Luna, 2017, p. 15).

Os deputados da época, Eduardo Bolsonaro (PSC-SP, católico), Flávio Augusto da Silva (PSB-SP, católico), Alexandre Serfiotis (PSD-RJ, evangélico), Evandro Gussi (PV-SP, católico, Renovação Carismática), Aureo Ribeiro (SD-RJ, evangélico, Igreja Metodista), Cabo Sabino (Flávio Alves Sabino, PR-CE, evangélico da Assembleia de

Deus), Capitão Augusto (Jose Augusto Rosa, PR-SP), Geovania de Sá (PSDB-SC, evangélica, Assembleia de Deus), Givaldo Carimbão (PROS-AL, católico) e João Campos (PSDB-GO, evangélico, pastor da Assembleia de Deus) criticaram duramente a performance da transsexual crucificada, categorizaram-na como falta de respeito, ataque à família tradicional, crime, dentre outras contestações (Luna, 2017).

O artigo de Dalmolin, Castilho e Feliciani (2019), analisou as postagens do deputado federal brasileiro e pastor Marco Feliciano no *Twitter*. O parlamentar associa os(as) homossexuais e a homossexualidade à promiscuidade, nojeira, sodomia, perversão, tabu, distorção, aberrações, vergonha, desprezo, influência maldita, bestialidade, anti-higiênica, fardo, dentre outros adjetivos desqualificadores. O deputado ainda sugere que “psicólogos cristãos estudem com mais afinco esse comportamento” (p. 282) e convida os fiéis a lutarem pelos filhos e pela família, contra os LGBTQIA+.

Já o trabalho de Pereira (2020), analisa as tensões entre ativistas institucionais do movimento LGBTQIA+ e do movimento cristão familista no Congresso Nacional. O estudo analisa o ativismo institucional no Poder Legislativo, o ativismo conservador e suas interações contenciosas com movimentos progressistas. O artigo elenca a mudança drástica em relação a defesa das pessoas LGBTQIA+ após o Partido dos Trabalhadores-PT ter deixado a Presidência da República, havendo o fortalecimento da bancada evangélica. O autor cita a nomeação da pastora Damares Alves, pelo então presidente eleito, Jair Bolsonaro (sem partido), ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, ambos envolvidos no confronto ao movimento LGBTQIA+.

Oliveira, Alberto e Bittencourt (2016), analisaram os discursos de parlamentares acerca do “Kit gay” que é atribuído às políticas educacionais de combate à homofobia. O estudo constatou que os sujeitos são atravessados por discursos moralistas, pseudocientíficos e religiosos, que sustentam a cisheteronormatividade. Existe uma preocupação por parte destes políticos, relativa à “família de bem”, ou seja, uma família constituída por meio do casamento monogâmico entre héteros, em outras palavras, uma família tradicionalmente cristã.

Percebeu-se que os parlamentares cristãos temem o desaparecimento da família tradicional cristã, lutando e chamando outros para lutarem – como o próprio pastor e parlamentar Marco Feliciano narrou em seu *Twitter* – contra os(as) LGBTQIA+. Os discursos são carregados de valores conservadores que são sustentados pelo cristianismo tradicional, narrativas que privilegiam a heteronormatividade e condenam qualquer outra orientação divergente desta. A união entre política e religião é realmente catastrófica, ela produz discursos de ódio, repulsa, repreensão, demonização, patologização, exclusão e, às vezes, morte!

### **Entre a cruz e o arco-íris**

A relação entre o cristianismo tradicional e as identidades de gênero e sexualidades dissidentes é um tanto conflituosa. No Brasil, o debate vem se estendendo e ganhando força por parte daqueles que pretendem (re)patologizar a homossexualidade, ideias sustentadas por uma pseudociência e potencializadas pelos discursos de líderes religiosos. Em contrapartida, movimentos e ativistas LGBTQIA+ vêm resistindo aos ataques e promovendo debates em diversos âmbitos, objetivando desconstruir a LGBTQIA+fobia.

A cantora Daniela Mercury sentiu na pele o que é estar entre a cruz e o arco-íris ao assumir, em 2013, um relacionamento conjugal com Malu Verçosa. A cantora foi bombardeada por discursos moralistas cristãos, tensão que ganhou maior proporção, pois Daniela que tinha uma formação católica passou a ser adepta do candomblé, fator que ampliou as críticas dirigidas à cantora (Noleto, 2016). Os ataques direcionados a Daniela Mercury são reflexos de uma sociedade de maioria cristã, intolerante e preconceituosa.

Diferentemente da teologia opressora que é apregoada em muitas igrejas evangélicas tradicionais, a revisão de Estrázulas e Morais (2019), apresenta – dentre outras questões relacionadas à experiência religiosa/espiritual de Lésbicas, Gays e

Bissexuais – uma ressignificação das Sagradas Escrituras pelos indivíduos LGBTQIA+, ou seja, uma espécie de teologia *queer*, baseada na visão de um Deus amoroso, diferentemente dos sentidos religiosos construtores da ideia de um Deus punitivo e LGBTQIA+fóbico.

A Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM), que é a instituição estudada por Soares (2019), é um exemplo de instituição religiosa que aplica a religiosidade baseada nos direitos humanos, que luta e acolhe as minorias (LGBTQIA+) que são demonizadas por demais igrejas tradicionais. A ICM transgride a religiosidade normativa e preconceituosa, expande o cristianismo, tornando-o mais humanista e se coloca contra os discursos religiosos tradicionais.

Natividade (2019) se propôs a estudar o casamento igualitário e novas famílias em igrejas evangélicas LGBTQIA+. Estas congregações produzem discursos alternativos à proibição da homossexualidade, refazem uma releitura e interpretação bíblica acerca das orientações sexuais dissidentes e acolhem os sujeitos que são vistos como desviantes, doentes, demoníacos, pelas igrejas cristãs tradicionais.

É evidente que as igrejas inclusivas sofrem ataques e são duramente criticadas por não aderirem ao modelo hegemônico. Entre a cruz e o arco-íris, é este o dilema que muitos sujeitos religiosos têm que decidir, porém, as igrejas LGBTQIA+ vêm para unir a cruz e o arco-íris, sendo possível viver e praticar um cristianismo mais inclusivo e humanitário.

### O que o estudo nos mostrou?

Ao analisarmos os trabalhos selecionados para esta revisão, observamos que as relações e tensões entre pessoas LGBTQIA+, cristianismo e política estão cada vez mais presentes, nos mais diversos cenários. Parlamentares evangélicos têm disseminado discursos de ódio contra sujeitos de sexualidades dissidentes, para eles, os(as) LGBTQIA+ querem destruir a família tradicional brasileira. Além de disseminarem

discursos de repulsa, estes parlamentares defendem a hipotética “cura gay”, ou seja, a reversão sexual dos homossexuais, segundo eles, a homossexualidade seria uma patologia grave que necessita de cura.

Os Projetos de Decreto Legislativo 1640/09 e 234/11, que visavam à suspensão dos artigos 3º e 4º da resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia - CFP, que proíbem qualquer tipo de terapia que tenha por finalidade promover a cura da homossexualidade e desautoriza todo tipo de manifestação pública que seja a favor da reversão sexual, são exemplos de tentativas de extermínio das subjetividades, de tentar curar o incurável, patologizar o que não é patológico.

Notamos que há uma espécie de teopolítica defendida pelos parlamentares, como se o Estado não fosse – ou pelo menos deveria ser – laico. Os discursos político-religiosos são carregados de moralismos e preconceitos, a defesa de projetos como os citados acima, são atravessados por justificativas religiosas de que a homossexualidade é um pecado horrível e que os(as) homossexuais – no imaginário deles – ameaçam a família, os valores e os dogmas, como se essa população fosse suscitar a destruição do cristianismo e, consequentemente, suas premissas.

A pesquisa também apontou um cristianismo mais inclusivo. As igrejas evangélicas contemporâneas, ou igrejas LGBTQIA+ como popularmente são conhecidas, são igrejas cristãs – por mais que muitos não as considerem assim – as quais compartilham de uma interpretação bíblica que se difere das igrejas tradicionais, mais abrangente e acolhedora, que abarca a diversidade, por meio de uma teologia *queer*. O amor é o preceito principal dessas denominações e não importa se ele é entre duas mulheres ou entre dois homens, para essas congregações a cruz e o arco-íris são convergentes.

Os resultados demonstraram que a LGBTBfobia é propagada por meio de discursos político-religiosos que rebaixam as sexualidades e identidades de gênero dissidentes, fatos que têm sido presenciados e noticiados cotidianamente e que geram inúmeros sofrimentos às pessoas LGBTQIA+, tanto físicos quanto psíquicos. Os

discursos proferidos por parlamentares que estimulam a desvalorização, demonização e patologização das identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes, são preocupantes, uma vez que o número de agressões e assassinatos de LGBTQIA+ vêm aumentando exponencialmente.

Este estudo alcançou seu objetivo em desvelar as relações e tensões entre pessoas LGBTQIA+, cristianismo e parlamentares a partir das produções científicas publicadas entre 2015 e 2020, apresentando e debatendo os principais estudos sobre a temática. Quanto às limitações encontradas, podemos elencar o baixo quantitativo de estudos sobre a temática.

Sugere-se também que novos trabalhos sejam realizados, buscando compreender as relações entre outros segmentos religiosos e pessoas LGBTQIA+, analisando como outras instituições e atores civis e públicos têm se posicionado quanto às identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes.

## Referências

- ANTUNES, Deborah Christina. Tolerância e democracia hoje: o discurso de deputados em defesa da posição conservadora. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 3-13, 2016. Disponível em :<https://bit.ly/3AQQICJ>. Acesso em: 10 mai. 2024.
- BINKOWSKI, Gabriel. Fósseis do Campo Psi: sobre Conversão de Orientação Sexual e Gênero. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 39, n. spe3, e228542, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932019000700308&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932019000700308&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 nov. 2020.
- BOMFIM, Silvano Andrade do. Homossexualidade, direito e religião: da pena de morte à união estável – a criminalização da homofobia e seus reflexos na liberdade religiosa. In: **Revista Brasileira de Direito Constitucional**. São Paulo, n. 18, jul./dez. 2011, pp. 71-103. Disponível em: <http://www.esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/article/view/259>. Acesso em: 17 nov. 2022.
- CASSOTTA, Priscilla Leine. Uma análise do comportamento dos deputados evangélicos no legislativo brasileiro. **E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de**

**Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, Brasil, v. 9, n. 20, p. 75–101, 2016. DOI: 10.51206/e-legis.v9i20.259. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/259>. Acesso em: 25 maio. 2024.

**CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP Nº 001/99, de 22 de março de 1999.** Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília, DF: CFP, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3AWScWy>. Acesso em: 20 mai. 2024.

DALMOLIN, Aline Roes; CASTILHO, Marina Martinuzzi; FELICIANI, Márcia Zanin. Nós versus eles: ódio biopolítico contra a população LGBT no Twitter de Marco Feliciano. **Reciis – Rev. Eletron. Comum. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro. v. 13, n. 2, 2019 abr.-jun.;13(2):273-86. de 2019. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1724/2277>. Acesso em: 13 out. 2021.

NOVAES, Marcos Oliveira de. “Cura gay”: psicologia, política e religião, perspectivas em torno da problemática. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 2, n. 16, p. 113–125, 2021. DOI: 10.9771/peri.v2i16.36905. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/36905>. Acesso em: 10 maio. 2024.

DOVER, Kenneth James. **A homossexualidade na Grécia Antiga**. Trad. Luís Sérgio Krausz. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2007.

ESTRAZULAS, Matos Dourado de Mesquita; MORAIS, Normanda Araujo de. A Experiência Religiosa/Espiritual de Lésbicas, Gays e Bissexuais: Uma Revisão Integrativa de Literatura. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 35, e35436, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/KsGNMCy5v9tkHPwFbmJGSwk/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2021.

FLANDRIN, Jean-Louis. A vida sexual dos casados na sociedade antiga: da doutrina da Igreja à realidade dos comportamentos. In: ARIÈS, P.; BÉJIN, A. (Orgs.). **Sexualidades Ocidentais**: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 135-152. 1985.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GAMA, M. C. B. da. Cura Gay? Debates parlamentares sobre a (des) patologização da homossexualidade. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 31, pág. 4-27, abril de 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/xFWY7D4CHtKszMkz36q8txw/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2021.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira; MATTOS, Amana Rocha. “Terapias de Conversão”: Histórico da (Des)Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 39, n. spe3, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/zksLGXhzsLFVppDN5SvgyXP/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Curriculum, gênero e sexualidade**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2000.

LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 50, e175018, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332017000200311&lang=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200311&lang=en&nrm=iso). Acesso em: 22 nov. 2020.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2005.

MESQUITA, D. T.; PERUCCHI, J. Não apenas em nome de Deus: discursos religiosos sobre homossexualidade. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 105-114, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3wvpaKh>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio *et al.* Pastores, ovelhas desgarradas e as disputas pelo rebanho: Sobre a transcrucificação na Parada do orgulho LGBT de São Paulo em 2015, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 110 | 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/6392>. Acesso em: 27 nov. 2020.

NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade masculina e experiência religiosa pentecostal. In: HEILBORN, M. L. *et al.* (Org.). **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 247-272.

NATIVIDADE, Marcelo. Uma família como outra qualquer: Casamento igualitário e novas famílias em igrejas evangélicas LGBT. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 343-372, Dec. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/gn6fCKgpZ5CVnHJ338cvdVc/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2021.

NOLETO, Rafael da Silva. O canto da laicidade: Daniela Mercury e o debate sobre casamento civil igualitário no Brasil. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 136-160, Dec. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/vgqg5X5jMtxG6hMcvw36vQK/abstract/?format=html&language=pt>. Acesso em: 26 nov. 2020.

OLIVEIRA, Cleide Ester de; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira.; BITTENCOURT, Nadir de Fátima. Borges. Tensões e contradições nos discursos políticos sobre o combate à homofobia no contexto da escola brasileira. **Rev. Latinoam. Cienc. Soc.** Niñez Juv. Manizales, v.14, n. 2, p. 1479-1492, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5617283>. Acesso em: 13 out. 2021.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. Ativismo Institucional no Poder Legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 31, p. 301-338, Jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/nPf9M9mdLSQYFJC3kYwqqCy/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2021.

SOARES, Evanay Sellberg. Direitos LGBT como direitos humanos: A luta da igreja da comunidade metropolitana. **Agenda Política**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 244-267, 2019. Disponível em:

<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/277>. Acesso em: 26 nov. 2020.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Raquel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, 102-106, 2010. Disponível em:

<https://journal.einstein.br/pt-br/article/revisao-integrativa-o-que-e-e-como-fazer/>.

Acesso em: 26 nov. 2021.

### **Between the cross and parliament: relationships and tensions between LGBTQIA+ people, Christianity and parliamentarians**

**Abstract:** Currently, we have witnessed a rise in far-right, ultra-conservative, and fascist-leaning governments worldwide, including in Brazil. Attacks on gender and sexuality dissidents have significantly increased, presenting an issue that intersects with both Christianity and politics. Thus, this study aims to analyze the relationships and tensions among LGBTQIA+ individuals, Christianity, and parliamentarians through a review of the scientific literature. It is an integrative literature review, constituting part of a master's dissertation, encompassing studies on the relationships and tensions between the LGBTQIA+ population, Christianity, and parliamentarians. To do so, online searches were conducted in three databases: Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), and the CAPES Journals Portal, using two combinations of keywords, namely: "LGBT and Religion" and "LGBT and Parliamentarians." Inclusion criteria included full-text articles available for download, published in Portuguese between 2015 and 2020, with the main theme being the study of relationships and/or tensions among LGBTQIA+, Christianity, and parliamentarians. Duplicate works and those not aligned with the objectives of this research were excluded. This study encompasses both quantitative and qualitative aspects, involving numerical analysis of collected data and the description and pertinence of the texts. After the process of filtering scientific productions, 12 articles were selected to compose this review. The results demonstrated that LGBTQIA+phobia is propagated through political-religious discourses that undermine gender identities and dissenting sexualities, promoting the devaluation, demonization, and pathologization of these subjects.

**Keywords:** Gender; Sexuality; Religion; Politics.

**Recebido: 15/12/2023**

Aceito: 26/05/2024

